

Congresso derruba IOF, e governo avalia judicialização

Antes da votação, governo já cogitava levar o assunto à Justiça

/ CONGRESSO NACIONAL

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal derrubaram na noite de quarta-feira os três decretos publicados pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mexendo nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), em mais uma derrota da gestão petista no Legislativo.

O projeto que susta os decretos foi aprovado pela Câmara por 383 votos favoráveis e 98 contrários. No plenário do Senado, a aprovação foi simbólica, ou seja, sem a contagem de votos.

No início da tarde, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se reuniu com Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara, e avisou que pautaria o texto no mesmo dia.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que a votação era “traumática” e que o Congresso descumpriu acordos feitos anteriormente. “Abre-se um caminho, para mim, perigoso. Eu, evidentemente, como líder do governo, fico constrangido”, disse.

Antes da votação, o governo já sinalizava com a possibilidade de judicializar o assunto, ainda que

uma ala defendia a construção de uma solução política. A avaliação é a de que levar a questão à Justiça pode piorar a crise com o Congresso e colocar a gestão sob risco de paralisação.

A ministra Gleisi Hoffmann, das Relações Institucionais, escreveu no X (antigo Twitter) que não há base jurídica para o projeto que susta o decreto do IOF.

No plenário, o líder do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), disse que a Constituição só autoriza o Legislativo a sustar a eficácia dos atos que extrapolam as prerrogativas do Executivo, o que não seria o caso do IOF. “Eu quero saber onde esse decreto do IOF exorbita”, questionou, no plenário.

A inclusão do PDL (projeto de decreto legislativo) na pauta de quarta pegou de surpresa o governo e mesmo aliados do presidente da Câmara, que anunciou a decisão pela votação em uma publicação do fim da noite de terça na rede social X.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), tinha se reunido na terça com Motta e não foi comunicado dessa decisão. Nem mesmo a ministra Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Ins-

titucionais), responsável pela articulação política do governo com o Congresso, foi avisada.

Ministros do Palácio do Planalto e o próprio Lula atuaram nas últimas semanas para evitar a derrubada do decreto.

Porém, no último dia 16, já num recado ao governo federal, a Câmara aprovou o requerimento de urgência do PDL numa votação expressiva: foram 346 votos favoráveis e 97 contrários (eram necessários 257 dos 513 para aprovar a urgência).

A perspectiva do governo era a de conseguir construir um novo acordo nesta semana, quando as atividades do Congresso teriam ritmo reduzido, com parlamentares de estados do Nordeste em suas bases para o São João.

Antes da votação desta quarta, contudo, governistas já reconheciam que havia votos suficientes. A líderes aliados, Motta relatou o sentimento de que o governo quer desgastar o Congresso e a decisão de pautar a projeto foi motivada por esse mal-estar. Falas sobre o baixo nível de atividade das casas nesta semana pioraram os humores.

As críticas do governo aos vetos com impacto na conta de luz

Confira como fica o IOF após a derrubada

Operação	Alíquota após decretos	Alíquota após derrubada
Cartões internacionais	3,5%	3,38%
Compra de moeda estrangeira	3,5%	1,1%
Remessas para contas no exterior	3,5%	1,1%
Remessas para investimentos no exterior	1,1% (com recuo)	1,1%
Transferência de fundos ao exterior	0% (com recuo)	0%
Crédito para empresas no Simples Nacional	0,38% + 0,00274% ao dia (teto de 1,38% ao ano)	0,38% + 0,00137% ao dia (teto de 0,88% ao ano)
Crédito para demais empresas (PJ)	0,38% + 0,0082% ao dia	0,38% + 0,0041% ao dia
Crédito para MEI	0,38% + 0,00274% ao dia (teto de 1,38% ao ano)	0,38% + 0,00137% ao dia (teto de 0,88% ao ano)
Empréstimos de curto prazo (até 364 dias)	3,5%	0%
Operação de risco sacado	0,0082% ao dia (com recuo)	Isento
Aportes em VGBL (2025)	5% sobre excedente a R\$ 300 mil	Isento
Aportes em VGBL (2026)	5% sobre excedente a R\$ 600 mil	Isento

também fizeram piorar o clima. Integrantes da cúpula do Congresso se queixam do que enxergam ser ação do Executivo de jogar a culpa sobre a alta da luz para os parlamentares, se eximindo da responsabilidade.

Na sessão do Senado desta quarta, Alcolumbre disse “repudiar com veemência os ataques levianos e injustos que o Congresso” está sofrendo desde a sessão de vetos.

Em um longo discurso, o senador disse que há “demagogia e de-

sinformação” em torno do tema e que o Congresso agiu com responsabilidade. O presidente também acusou a imprensa de divulgar números superestimados sobre o impacto econômico para a população. “O Congresso Nacional agiu com responsabilidade, pensando no futuro energético do nosso país e, principalmente, no bolso do cidadão. Exijo que a verdade seja restabelecida e que os brasileiros não sejam mais submetidos a tamanha campanha de desinformação”, afirmou o senador.

Galípolo: ações para atingir centro da meta falam por si

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse nesta quinta-feira que as projeções do BC incorporam alguns dados do relatório Focus, inclusive a curva de juros. Ele também reiterou que o foco da autoridade monetária é atingir o centro da meta de inflação.

“Existem vários caminhos para atingir o centro da meta, que é, obviamente, a meta. Nós somos completamente comprometidos com ela. Acho que nossas ações falam por si só, pelo tamanho da intensidade que tivemos do ajuste restritivo na política monetária feito nos últimos meses”, disse ele, durante entrevista coletiva para comentar o Relatório de Política Monetária (RPM) do segundo trimestre.

Galípolo menciona que quando o BC coloca em sua comunicação, na ata, de que os efeitos da política monetária restritiva



Presidente do BC reforçou compromisso com a meta da inflação

ainda estão por vir, trata-se de algo factual.

Segundo ele, é preciso ser “bastante agnóstico, transparente” sobre o que a autoridade consegue prever e esperar. “O juro que a economia está sentindo hoje não

é o juro que está colocado no patamar da Selic, dado as defasagens e a velocidade e intensidade. Então isso justifica pausa no ciclo de aperto, para entender se patamar de juros atual está suficientemente restritivo”, acrescentou.

O presidente do Banco Central evitou responder a questionamentos sobre se o balanço de riscos da autarquia para a inflação está simétrico ou assimétrico. Ele afirmou que não fornecer essa avaliação é proposital, inclusive para eliminar qualquer ideia de que os riscos poderiam servir como um guidance.

“É proposital o que a gente está tentando fazer: a gente realmente quer se libertar desse joguinho de contar riscos para um lado, contar riscos para o outro”, disse Galípolo. O BC deixou de classificar o balanço de riscos como “assimétrico para cima” duas reuniões atrás, no mês de maio.

BC volta a elevar projeção de crescimento do PIB para 2,1% em 2025

O Banco Central voltou a elevar para 2,1% a sua projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para este ano. Essa também era a expectativa divulgada pela autoridade monetária em dezembro, antes de revisar para baixo a sua estimativa. Em março, projetava um avanço de 1,9% para a economia brasileira em 2025.

O dado consta no relatório de política monetária divulgado pelo BC nesta quinta-feira. O documento, que substituiu o antigo relatório trimestral de inflação, continua sendo publicado trimestralmente.

De acordo com o BC, a revisão decorre de uma combinação de fatores. Cita, em primeiro lugar, as surpresas ocorridas no primeiro semestre, que resultam em um desempenho ligeiramente acima do esperado. Além disso, considera

a melhora na perspectiva da produção agrícola, com impacto “modesto, mas positivo” no PIB.

“No início do segundo trimestre, o mercado de trabalho apresentou aquecimento mais intenso do que o antecipado, reforçando as perspectivas de resiliência do consumo das famílias”, acrescenta.

Menciona também que as recentes mudanças nas regras do crédito consignado para trabalhadores do setor privado podem ter “algum impacto” sobre o consumo e o PIB, ponderando que há ainda um elevado grau de incerteza nesse ponto.

A projeção do BC sobre a expansão da economia é mais pessimista do que o último dado divulgado pelo governo federal. A Secretaria de Política Econômica, da Fazenda, prevê um crescimento do PIB de 2,4% neste ano.